



COMISSÃO DE INVESTIMENTOS DA SUSEP (CIS)

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2017

(INÍCIO – 14:00h, TÉRMINO – 16:00h)

PARTICIPANTES:

Representantes da SUSEP:

Cássio Cabral Kelly (DISOL), Geraldo de Carvalho Baeta Neves Filho (CGMOP), Denis Barreira Batista (COMAT), Maurício Martins Martinez (COMAT) e André Batista Rodrigues (CGFIP)

Representante da SPE/MF:

Ernesto Serejo Costa

Representante da CVM:

Iury Roberto Soares Santos

Representantes da FENAPREVI:

Marcelo Otávio Wagner e Rogério Januário Calabria

Representante da FENSEG:

Roberto Santiago Takatsu

Representante da FENACAP:

--

Representante da CNSEG:

Alexandre Leal e Leandro Mendonça Santos

Representante da FENABER:

Frederico Knapp e Hercules Pascarelli

Representante da AN-Re:

Alexandre Ludolf

Representantes da B3:

Regio Martins

Representantes do IBA:

Leonardo Camozzato e Marcelo Estácio Silvestre Gonçalves

1) Cobertura de provisões com FIEs

O representante da Fenaprevi informou que os assuntos relacionados na reunião da CIS de junho/2017 ainda não tinham sido avaliados no GT de produtos da Fenaprevi e que levaria a questão à próxima reunião do referido GT. Os pontos em questão são:

- Forma/momento de apuração da PVR em situações de resgate e portabilidade
- Necessidade de FIEs diferentes para a cobertura de provisões relativas ao período de diferimento e ao período de benefício de produtos de previdência e seguros de vida.
- Cobertura de PMBAC (diferimento) no caso de déficit de rentabilidade do FIE em relação às garantias mínimas nos planos em que tal garantia ocorre.
- Cobertura por meio de FIEs da parcela de excedente financeiro que cabe à supervisionada.

2) Revisão do Título II do Capítulo II da Res CNSP 321/15

O Coordenador da COMAT informou que a minuta com os ajustes propostos pela COMAT foi encaminhada aos representantes da CIS em 31/08/2017 para análise. A minuta que contém apenas os assuntos de responsabilidade da COMAT conta com alterações nos seguintes tópicos:

- Ajustes pontuais de adequação
- Isenção da necessidade de cumprimento do requisito de liquidez do CR para empresas que só operam com DPVAT e pré-operacionais.
- Alteração de regras do PRS de Liquidez

O representante da CNseg na CIS, entretanto, observou não ter recebido a mencionada minuta, no que foi acompanhado por outros representantes do mercado supervisionado. O Coordenador da COMAT retificou a informação, concluindo que a mesma ainda não fora liberada devido a pequenos ajustes de última hora nos tópicos “Isenção da necessidade de cumprimento do requisito de liquidez do CR para empresas que só operam com DPVAT e pré-operacionais” e “Alteração de regras do PRS de Liquidez”.

Foi informado ainda que a CGMOP vem trabalhando para que a proposta de alteração da Resolução CMN 321/2015, incluindo os assuntos listados acima e outros tópicos (Ex.: limites de retenção discutidos na Comissão Atuarial), seja posta em consulta pública até o final de 2017.

3) Cartilha de Investimentos

O Coordenador da COMAT informou que uma nova versão da Cartilha foi publicada incluindo uma correção na resposta da questão 32 conforme já havia sido anunciado na reunião anterior. A nova versão da Cartilha também conta com a inclusão, no Anexo I: Tabela de Ativos, dos ativos Global Bonds, Euro Bonds e A-Bonds que já se encontram disponíveis no FIP para informação dos dados mensais de investimentos das supervisionadas.

O representante da FENAPREVI informou que existem dúvidas no mercado e possíveis orientações contraditórias da Susep quanto à possibilidade ou não de que sejam realizadas operações de aluguel de ativos por parte das supervisionadas.

O Coordenador da COMAT informou que o posicionamento da SUSEP é de que ativos dados em garantia de provisões técnicas não podem ser objeto de aluguel em função das restrições previstas na Resolução CNSP 321/2015. No caso de FIEs e outros fundos dados em garantia de provisões técnicas a restrição aplica-se às cotas dos fundos mas não a carteira de ativos dos mesmos. Dessa forma, os Fundos de Investimento estão habilitados a alugar os ativos que compõem suas carteiras.

Para dar publicidade ao entendimento da Susep e encerrar quaisquer dúvidas foi definido que tal assunto será abordado na Cartilha de Investimentos e para tanto o Coordenador da COMAT solicitou ao representante da CNSEG que apresentasse uma proposta de redação para ser avaliada pela COMAT e posteriormente incluída na cartilha.

4) Investimentos em Moeda Estrangeira

O Coordenador da COMAT informou que as questões relacionadas aos Investimentos em Moeda Estrangeira foram priorizadas em dois projetos distintos no planejamento bianual da CGMOP. Dessa forma acredita-se que será possível dar maior foco aos projetos para que sejam identificadas e executadas as soluções viáveis mais adequadas.

Os projetos tratam de forma separada das seguintes questões:

- Implantação de modelo de vinculação/bloqueio/reporte de ativos emitidos no exterior;
- Definir/implantar solução para o problema da falta de oferta de contas CCMEs para Resseguradores Admitidos.

Sobre a possibilidade de inclusão de títulos governamentais de outros países no rol de ativos aceitos na Resolução CMN 4.444 foi informado pelo representante da SPE que o assunto só será avaliado caso seja apresentado pelos representantes do mercado argumentos embasados que sustentem tal inclusão.

5) CMN 4.444/2015: Discussão sobre ajustes evolutivos

Foi informado que a análise de uma solução para a questão que envolve a limitação a aplicação em fundos com previsão de patrimônio negativo ficará sobrestada até que a CNSEG apresente uma proposta de alteração que garanta a restrição aos fundos com risco real de PL negativo (ex.: FIPs) sem impactar possíveis investimentos em outros fundos cujo risco é marginal (ex.: fundos DI). Uma das propostas levantada foi a possibilidade de redução dos limites de aplicação em FIPs com a contrapartida de alteração da redação do art. 6º da Resolução CMN 4.444. Outra opção apontada foi a de exclusão da possibilidade de aplicação em FIPs por parte de FIEs previdenciários, sendo mantida uma exceção apenas para os participantes qualificados.

Foi informado que a ABVCAP pleiteia na CVM a alteração das regras de FIPs para reduzir os riscos dos mesmos.

No que diz respeito à mudança do método de apuração de exposição de derivativos, o Coordenador da COMAT afirmou que a análise está priorizada no plano de regulação da Susep e

no planejamento bianual, com servidor destacado para o desenvolvimento do estudo e eventual proposta de alteração normativa. Porém ressaltou que, mesmo com um eventual parecer positivo pela alteração do método, a mudança só será viável a partir do momento que a infraestrutura de disponibilização dos dados de margens para a Susep esteja implantada.

6) Plano de Regulação 2018

O Coordenador-Geral da CGMOP informou que a Susep está trabalhando no plano de regulação de 2018 e para tanto solicitou que os representantes do mercado levantassem questões que merecem ser priorizadas.

O representante da CNSEG apontou que um dos tópicos que poderia ser considerado é a desvinculação entre o modelo de regulação de investimentos das carteiras próprias das supervisionadas e o modelo de regulação de investimentos dos FIEs previdenciários, uma vez que a busca por performance, característica dos fundos previdenciários, demanda um tipo de gestão de portfólio diferente da gestão passiva das carteiras próprias das supervisionadas.